



Fundamento 5 - PRÁTICAS RESTAURATIVAS

PODCAST: PRÁTICAS RESTAURATIVAS

As práticas restaurativas tiveram início nas comunidades aborígenes do Canadá, na tradição Maori da Nova Zelândia, entre povos africanos, e na tribo indígena brasileira dos Nhambiquara. A Nova Zelândia foi um dos países pioneiros na implantação formal da justiça restaurativa. Ela começou a partir da insatisfação dos Maori quanto ao sistema repressivo tradicional neozelandês, à qual seus jovens e crianças foram institucionalizadas.

Na Colômbia, país latino-americano de grande desigualdade social como o Brasil, a justiça restaurativa foi de grande aceitação, sendo incorporada na constituição do país e em seu código de processo penal. A implementação das práticas no país possibilitou resultados positivos para a sociedade e o sistema jurídico em geral. Um exemplo disso é a redução de trinta por cento da taxa de homicídios na capital Bogotá.

No Kentucky (Estados Unidos da América), um estudo comprovou a redução do custo de encarceramento: estima-se que foram eliminados dez mil dias de prisão e economizados mais de duzentos e noventa mil dólares. Em dois mil e onze, das mil e noventa e cinco pessoas solicitantes do serviço de práticas restaurativas, seiscentas e vinte e duas tiveram penas alternativas apresentadas ao juiz, sendo que quatrocentos e setenta foram aceitas. A taxa de reincidência ao crime caiu de trinta e quatro por cento em 2007 para dezoito por cento em 2008. Noventa e três por cento dos adultos com problemas de abuso de substâncias que foram tratados não voltaram a consumí-las.

No Brasil, os procedimentos restaurativos chegam pelo judiciário em dois mil e cinco. O ministério da justiça, pela secretaria da reforma do judiciário, elaborou o projeto promovendo práticas restaurativas no sistema de justiça brasileiro. Em conjunto com o programa das nações unidas para o desenvolvimento, Pnud, apoiou três projetos-



pilotos: São Caetano do Sul/SP, núcleo bandeirante/DF e Porto Alegre/RS. São diversas as iniciativas no estado de São Paulo. No Brasil, hoje mais de quinze estados já aderiram à metodologia.